Hormigon Offshore S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265LS-016-PB

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Hormigon Offshore S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Hormigon Offshore S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Hormigon Offshore S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Ausência de perspectiva de realização de outros créditos sem registro de redução ao valor recuperável

Conforme Nota Explicativa nº 6, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2025, adiantamentos e contas a receber concedidos em exercícios anteriores no montante de R$ 2.760 mil, sobre os quais não possui expectativa de realização, não tendo reconhecido ajuste para redução ao valor recuperável (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025 o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão registrados a maior no montante de R$ 2.760 mil.

Ausência de atualização monetária sobre os Depósitos judiciais

Conforme Nota explicativa nº 11.c, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2025, depósitos judiciais no montante de R$ 2.024 mil, sobre os quais não possuem atualização monetária. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão registrados a menor no montante de R$ 2.836 mil, e o resultado do exercício registrado a menor no montante de R$ 589 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, atualmente a Companhia não exerce atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R$ 2.317 mil, patrimônio líquido negativo no valor de R$ 136.440 mil, prejuízos acumulados no montante de R$ 368.564 mil e prejuízo no exercício no montante de R$ 6.936 mil, o que indica a existência de incerteza relevante que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia, que assume o reestabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro, de sua posição patrimonial e a necessária geração de caixa, depende da retomada de seu plano de negócios e do sucesso de novos projetos, bem como da manutenção do suporte financeiro por parte de seus acionistas controladores. As demonstrações contábeis não refletem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

Hormigon Offshore S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	3.805
Tributos a recuperar	5	40	40
Outros ativos	6	9	1
Total do ativo circulante		**58**	**3.846**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11.c	2.024	4.125
Outros ativos	6	2.760	2.760
Partes relacionadas	10	10.320	10.320
Imobilizado	7	1.521	3.113
Total do ativo não circulante		**16.625**	**20.318**
Total do ativo		**16.683**	**24.164**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hormigon Offshore S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e passivo a descoberto

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	8	1.579	2.158
Empréstimos e financiamentos	9	-	13.889
Dividendos a pagar	-	551	551
Obrigações com pessoal	-	34	34
Obrigações fiscais	-	211	211
Total do passivo circulante		**2.375**	**16.843**
Passivo não circulante			
Fornecedores	8	3.105	3.105
Obrigações fiscais	-	328	539
Partes relacionadas	10	141.459	140.472
Provisão para demandas judiciais	11.a	5.856	5.183
Total do passivo não circulante		**150.748**	**149.299**
Passivo a descoberto			
Capital social Subscrio	12	245.535	245.535
Capital social a integralizar	-	(13.411)	(25.885)
Prejuízos acumulados	-	(368.564)	(361.628)
Total a passivo a descoberto		**(136.440)**	**(141.978)**
Total do passivo e passivo a descoberto		**16.683**	**24.164**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hormigon Offshore S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 20254 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	13	(3.918)	(1.957)
Despesas de depreciação e amortização	7	(1.592)	(2.391)
Despesas tributárias	-	(104)	(110)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(546)	3.615
Total		**(6.160)**	**(843)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(6.160)**	**(843)**
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	108	345
Despesa financeira	15	(884)	(3.885)
Total		**(776)**	**(3.540)**
Prejuízo do exercício		**(6.936)**	**(4.383)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hormigon Offshore S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(6.936)**	**(4.383)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.936)**	**(4.383)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hormigon Offshore S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**205.535**	**(6.015)**	**(358.122)**	**(158.602)**
Ajuste de resultado	-	-	-	877	**877**
Subscrição capital Social (AGE 25 de maio de 2023)	12.a	40.000	(40.000)	-	**-**
Integralização capital social	-	-	20.130	-	**20.130**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.383)	**(4.383)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**245.535**	**(25.885)**	**(361.628)**	**(141.978)**
Integralização capital social	12.a	-	12.474	-	**12.474**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.936)	**(6.936)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**245.535**	**(13.411)**	**(368.564)**	**(136.440)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hormigon Offshore S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa proveniente das operações			
Prejuízo do exercício		**(6.936)**	**(4.383)**
Ajustes ao prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	7.b	1.592	2.391
Variação sobre financiamento	9	720	2.133
Provisão (reversão) para demandas judiciais	11.a	673	(2.765)
Outros resultados	-	63	-
Prejuízo do exercício ajustado		**(3.888)**	**(2.624)**
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Tributos a recuperar	5	-	1.385
Outros ativos	6	(8)	(1)
Depósitos judiciais	11.c	2.101	153
Fornecedores	9	345	(2.376)
Obrigações com pessoal	-	-	(8)
Obrigações fiscais	-	(211)	542
Outros passivos	-	-	878
Juros pagos	9	(4.862)	(3.658)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(6.523)**	**(5.709)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	12	12.474	20.130
Amortização de empréstimos e financiamentos	9	(9.747)	(14.550)
Transações de mútuo com partes relacionadas	**-**	-	121
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**2.727**	**5.701**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(3.796)**	**(8)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	3.805	3.813
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	9	3.805
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(3.796)**	**(8)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1.Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Hormigon Offshore S.A. (*antiga* CQG Construções Offshore S.A.) (Companhia) é uma companhia estabelecida no Brasil, na Av. Honório Bicalho, nº 11, Bairro Getúlio Vargas, Rio Grande – RS, constituída com a finalidade de realizar serviços de engenharia, aquisição de materiais, montagem e integração de módulos de plataformas para extração de petróleo e gás em águas profundas.

A Hormigon Offshore S.A., cujas atividades se iniciaram em março de 2011, atuou nas etapas de engenharia sob encomenda e aquisição de materiais junto à fornecedores nacionais e estrangeiros para construção da plataforma "P-58". A Companhia coordenou a finalização das atividades de construção e montagem de módulos da plataforma "P-58" e o andamento do processo de "*lifting*" das estruturas para posterior integração sobre o casco da "P-58", no município de Rio Grande – RS (Brasil), tendo como seu cliente a CQG Oil & Gas Contractors Inc., que possui controle total de suas atividades. Em 2013, a Companhia finalizou as atividades de construção no canteiro em Rio Grande – RS, culminando com saída da plataforma em dezembro de 2013. A Companhia atualmente não exerce atividades operacionais relacionadas ao seu objeto social.

Em 1º de outubro de 2024, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi alterado a razão social da Companhia para Hormigon Offshore S.A.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ (2.317) mil (R$12.997 em 2024) e patrimônio líquido negativo no valor de R$ (136.440) mil (R$ 141.978 mil em 2024). A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende da retomada de seu plano de negócios ou do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 21 de maio de 2026.

2.2. Base de mensuração

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1) exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das informações contábeis intermediárias são divulgadas no item (2.4).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

3.1. Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

c) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

3.5. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*)

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.6. Provisão para demandas judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

3.7. Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R$ 25.521 (R$ 18.585 em 2024). Não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores, em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

3.8. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

O *International Accounting Standards Boards* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1).

O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição.

A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1
Banco conta movimento	8	3.804
Total	**9**	**3.805**

5. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ saldo negativo	40	40
Total	**40**	**40**

6. Outros ativos

	Não circulante		Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor	1.885	1.885	-	-
Adiantamento a funcionário	-	-	9	1
Contas a receber	875	875	-	-
Total	**2.760**	**2.760**	**9**	**1**

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2025

	Taxa de depreciação anual	31/12/2024	Baixas	Depreciação acumulada	31/12/2025
Equipamentos auxiliares	10%	1.054	-	(993)	61
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.459	-	(2.459)	-
Móveis e utensílios	10%	1.173	-	(1.173)	-
Equipamento de comunicação	10%	76	-	(76)	-
Equipamentos principais	10%	1.706	-	(1.706)	-
Instalações e reformas	10%	95.950	-	(95.950)	-
Imobilizado em andamento	-	1.460	-	-	1.460
Total	**-**	**103.878**	**-**	**(102.357)**	**1.521**

Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2024	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Equipamentos auxiliares	(982)	-	(11)	(993)
Equipamentos de processamento de dados	(2.459)	-	-	(2.459)
Móveis e utensílios	(1.173)	-	-	(1.173)
Equipamento de comunicação	(76)	-	-	(76)
Equipamentos principais	(1.706)	-	-	(1.706)
Instalações e reformas	(94.369)	-	(1.581)	(95.950)
Total	**(100.765)**	**-**	**(1.592)**	**(102.357)**

b) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2024

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023	Baixas	Depreciação acumulada	31/12/2024
Equipamentos auxiliares	10%	1.054	-	(982)	72
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.459	-	(2.459)	-
Móveis e utensílios	10%	1.173	-	(1.173)	-
Equipamento de comunicação	10%	76	-	(76)	-
Equipamentos principais	10%	1.706	-	(1.706)	-
Instalações e reformas	10%	95.950	-	(94.369)	1.581
Imobilizado em andamento	-	1.460	-	-	1.460
Total	**-**	**103.878**	**-**	**(100.765)**	**3.113**

Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2023	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Equipamentos auxiliares	(971)	-	(11)	(982)
Equipamentos de processamento de dados	(2.459)	-	-	(2.459)
Móveis e utensílios	(1.173)	-	-	(1.173)
Equipamento de comunicação	(76)	-	-	(76)
Equipamentos principais	(1.706)	-	-	(1.706)
Instalações e reformas	(91.989)	-	(2.380)	(94.369)
Total	**(98.374)**	**-**	**(2.391)**	**(100.765)**

8. Fornecedores

Composta, principalmente, por obrigações com fornecedores e prestadores de serviço, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores	389	-	578	-
Prestadores de serviço	1.095	3.105	1.091	3.105
Outras contas a pagar	95	-	489	-
Total	**1.579**	**3.105**	**2.158**	**3.105**

Os valores de fornecedores no passivo não circulante estão compostos por acordos judiciais.

9. Empréstimos e financiamentos

Em 12 de novembro de 2012, a Hormigon Offshore S.A. obteve crédito no montante de R$ 207.496 através de um contrato de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), firmado com o Banco do Brasil S.A. O financiamento se destinou, principalmente, a ampliação do estaleiro localizado na Honório Bicalho – Rio Grande – RS, que consiste na construção de 02 (dois) cais de atracação e área administrativa e operacional objetivando a ampliação da infraestrutura para integração de módulos de produção de plataformas de petróleo. O contrato foi acordado para pagamento em 144 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2013 e com vencimento da última parcela em 25 de novembro de 2025.

O montante devido incide encargos básicos calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), sobre os valores incidem ainda encargos adicionais à taxa efetiva de juros de 3,17% a.a.

No mês de agosto de 2025 a Companhia quitou o contrato de financiamento do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

- ***Garantias* – (i)** O contrato de financiamento tem como garantia a fiança corporativa, onde as empresas Somah Investimentos e Participações S.A. e Álya Construtora S.A., assinaram o referido contrato de financiamento na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretratável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando as fiadoras, expressamente, aos benefícios dos artigos 827, 830, 834, 835, 837 e 838, todos do Código Civil Brasileiro, solidariamente se responsabilizando pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Hormigon Offshore S.A. no contrato mencionado; e **(ii)** Ainda no que se refere a garantia do contrato de financiamento, este, prevê em cláusula contratual, para segurança da dívida e das demais obrigações decorrentes do referido contrato, que a Hormigon Offshore S.A mantenha em favor das financiadoras Somah Investimentos e Participações S.A. e Álya Construtora S.A., até a liquidação da operação, conta reserva do serviço da dívida, aberta no Banco do Brasil S.A. sob nº 6.176-X, na agência Large Corporate 3064, com saldo mínimo equivalente a: **(a)** 03 (três) parcelas de principal e encargos financeiros; ou **(b)** ao saldo devedor da dívida, o que for menor.
- ***Covenants* –** Os contratos de financiamento não possuem *covenants*.

		31/12/2025		31/12/2024	
Agente financeiro	Taxa de juros efetiva a.a.	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Marinha Mercante	3,37%	-	-	13.889	-
Total		**-**	**-**	**13.889**	**-**

Movimentação financiamento	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**13.889**	**29.964**
Amortização	(9.747)	(14.550)
Juros pagos	(4.862)	(3.658)
Juros	720	2.133
Saldo final	**-**	**13.889**

10. Partes relacionadas

a) Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista, não sendo sujeitos aos encargos financeiros. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
QUIP S.A.	10.320	10.320
Total	**10.320**	**10.320**

Passivo		
QUIP S.A.	(10.864)	(9.940)
Álya construtora	(723)	(708)
Agropecuária Aratau	(319)	(319)
Atria Investimentos	(3.268)	(3.220)
QGI Brasil S.A.	(126.285)	(126.285)
Total	**(141.459)**	**(140.472)**

(i) Operações de locação de instalações e canteiros no Rio Grande do Sul com a QGI Brasil S.A.

11. Provisão para demandas judiciais

O prazo estimado para liquidação das provisões para demandas judiciais foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis. A Companhia está envolvida em processos para riscos trabalhistas e cíveis considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

a) A Companhia está envolvida em processos considerados como prováveis de perda provável, devidamente contingenciados, assim demonstrados:

Tipo	31/12/2025	31/12/2024
Cível	4.479	4.426
Trabalhista	1.377	757
Total	**5.856**	**5.183**

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**5.183**	**7.948**
Constituição	673	(2.765)
Saldo final	**5.856**	**5.183**

b) A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível, assim demonstrados.

Tipo	31/12/2025	31/12/2024
Cível **(i)**	29.000	27.190
Trabalhista	-	247
Total	**29.000**	**27.437**

(i) Referem-se, basicamente, a processos conduzidos pelo escritório de Advocacia Vinhas e Redenschi, sendo que 02 (dois) desses processos se encontram em fase instrutória, movidos pelos autores Jostape e DKS Serviços em Manutenção em Atividades Petrolíferas, com estimativa de probabilidade de perda possível para a ré Hormigon Offshore, respectivamente, nos montantes estimados, atualizados, de aproximadamente R$ 16.077 e R$ 12.120.

c) Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos trabalhistas	890	890
Depósitos cíveis	1.134	3.235
Total	**2.024**	**4.125**

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**4.125**	**4.277**
Baixas	(2.101)	(152)
Saldo final	**2.024**	**4.125**

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

	31/12/2025		31/12/2024	
Empresa	Nº de ações ordinárias	Participação	Nº de ações ordinárias	Participação
CQG Oil & Gas Contractors Inc.	105.897.659	43,13%	105.897.659	43,13%
Quatria Naval S.A.	139.636.809	56,87%	139.636.809	56,87%
Álya Construtora S.A.	50	-	50	-
Outros	2	-	2	-
Total	**245.534.520**	**100,00%**	**245.534.520**	**100,00%**

Em 1º de outubro de 2024, através de AGE, foi ratificado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social da Companhia de R$ 205.535, dividido em 205.534.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 245.535, dividido em 245.534.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que será integralizado até 31 de dezembro de 2026. Até 31 de dezembro de 2025 o capital se encontra parcialmente integralizado, tendo sido integralizado em 2025 o valor de R$ 12.474.

13. Despesas administrativas

Os gastos com despesas administrativas estão demonstrados, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal ***(i)***	1.202	198
Despesas com serviços	2.260	750
Escritório e comunicação	7	8
Outras despesas **(ii)**	449	1.001
Total	**3.918**	**1.957**

(i) Despesas com reclamatórias trabalhista.

(ii) Despesas indedutíveis.

14. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos judiciais	(673)	2.765
Resultado na baixa do imobilizado	-	(749)
Recuperação de despesas	127	1.599
Total	**(546)**	**3.615**

15. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira:		
Juros ativos	-	77
Outras receitas financeiras	108	268
Total	**108**	**345**
Despesa financeira		
Juros sobre financiamento **(i)**	(720)	(2.133)
Outras despesas financeiras **(ii)**	(164)	(1.752)
Total	**(884)**	**(3.885)**
.		
Resultado financeiro líquido	**(776)**	**(3.540)**

(i) Refere-se aos juros sobre o financiamento junto ao Fundo Marinha Mercante (FMM);

(ii) Refere-se, basicamente, a IOF retido sobre as operações de mútuo com partes relacionadas.

16. Gerenciamento de risco financeiro

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo.

* * *